

REPRESENTAÇÕES DE VIOLÊNCIA E RELAÇÕES DE GÊNERO NO MEMORIAL DE MARIA MOURA



Dra. Tânia Regina Zimmermann (UEMS)
zimmermantania@hotmail.com

Resumo: Neste artigo pretende-se analisar as situações de violência nas quais se tem por protagonista uma mulher. Para tal propósito optou-se por um romance de Rachel de Queiroz, a saber, o Memorial de Maria Moura o qual alcançou como minissérie as telas da televisão. Na análise foram primordiais as categorias gênero e violência de gênero para entender a construção dos estatutos e poderes de gênero. Também se analisa no romance como as configurações sexuais binárias podem impor modelos dados de existência corporal incluindo a masculinidade associada à força e a defesa da honra através da violência e a feminilidade ligada à maternidade, bondade, resignação, submissão e passividade. Destarte as ações da personagem Maria Moura abrem fissuras nas quais existem possibilidades de emergir um gênero intercambiável.

Palavras-chave: violência, literatura, relações de gênero

Abstract: This article aims to analyze the situations of violence in which the protagonist is a woman. For this purpose we chose a novel by Rachel de Queiroz, namely, the Memorial de Maria Moura which reached as the mini television screens. In the analysis the categories were important gender and violence of gender to understand the construction of statutes and powers of gender. It also looks at the novel as the settings can impose sexual binary data models including bodily existence masculinity associated with strength and defense of honor through violence and femininity linked to motherhood, kindness, resignation, submission and passivity. Thus the actions of the character Maria Moura open fissures in which there are possibilities of an emerging genre interchangeable.

Keywords: violence, literature, gender relations

Introdução

Neste artigo analisam-se algumas representações¹ sobre as situações de violência na qual a personagem Maria Moura da obra Memorial de Maria Moura de Rachel de Queiroz² é a protagonista. Na discussão optou-se em entrecruzar a narrativa de suas ações com a categoria gênero e violência de gênero. A especificidade destas duas categorias reside na atualidade destas discussões, pois se entende gênero como as relações sociais e culturais construídas entre as pessoas que, segundo Joan Scott, põe a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas ele não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina a sexualidade. Esta autora entende também que “[...] gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado as relações de poder.” (SCOTT, 1990, p. 7-14) Assim Scott articula gênero com a noção de poder e não estabelece fronteiras fixas entre mulheres e homens. Já a categoria violência de gênero será aqui adotada em relação às situações de conflitos entre as pessoas de várias identificações sexuais cujas ações estão relacionadas às construções de gênero.³ Estas duas categorias serão providenciais para entender algumas mudanças nas representações dos estatutos e poderes de gênero no romance.

As representações de gênero na literatura também constroem identificações⁴ para homens e para as mulheres como, por exemplo, a violência como masculina e a docilidade, bondade, resignação, a maternidade, as tarefas domésticas e o espaço privado como exclusividade para as mulheres. Sendo assim muitas delas deixaram e deixam de ser cidadãs para existirem enjauladas nas identidades construídas nos

¹ Utiliza-se aqui no sentido proposto por Roger Chartier, ou seja, a maneira como determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler. CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro : Bertrand do Brasil, 1990, p.17.

² O romance está inscrito nos dramas cotidianos das pessoas moradoras do sertão nordestino daquele século, inclusive da própria autora. Mas numa perspectiva de longa duração, as pesquisas desta autora remontam ao século XVII. Naquele período houve a primeira grande seca conhecida na região. As duras condições sociais da época tornaram conhecida uma mulher que com os filhos e um bando assaltam fazendas na região. Ainda as pesquisas sobre a biografia da rainha Elisabeth I darão os elementos principais na escritura do romance.

³ Sobre esta categoria consultar: MACHADO, Lia Zanotta; MAGALHÃES, Maria T. B. de. **Violência Conjugal: os espelhos e as marcas**. In: SUÁREZ, M; BANDEIRA, L. (orgs.) **Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal**. Brasília : UnB, 1999, p. 234.

⁴ O conceito será aqui adotado como um processo em construção nunca completado nas relações sociais e de gênero. Veja-se SILVA, Tomaz T. da. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 8.ed. Rio de Janeiro : Vozes, p. 106 e BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003.

discursos que enfatizam o sujeito universal masculino. Margareth Rago expôs recentemente esta problemática da seguinte maneira:

Afinal, lembrando Baudrillard, se os americanos precisam ter a Disney para não perceber que são a própria Disney, nós precisamos ter a prisão para não percebermos que vivemos enjaulados nas identidades e classificações categoriais, nos esquadrinhamentos sociais, sexuais, espaciais, físicos e imaginários. (RAGO, 2000, p. 41-58)

Estas construções identitárias que perpassam as relações de gênero na literatura em questão cujo tema envolve situações de violência também se inscrevem em fissuras que fazem emergir novos sujeitos em cena. Segundo Bhabha (2005, p. 19) estamos em um “[...] momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e de identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão. É nas tramas de mulheres e homens em situação de violência que também despontam as diferenças, exclusões, trânsitos e linhas de fuga que constroem corpos e sexos. Para esse universo da pesquisa no romance *Memorial de Maria Moura*, parte-se então do pressuposto de que os estudos nesta área nos trazem indícios da atuação de mulheres e homens na violência e de que esta não é intrínseca ao ser humano e sim cultural. A violência, como sugestiona Peter Burke (2005, p. 139), tem uma história cultural, pois tem sido vista como irrupção de um vulcão ou expressão dos impulsos humanos. A proposta de Burke indica também uma leitura das mensagens enviadas pelas violentas e violentos revelando o significado do sem significado e as regras que governam seu emprego.

Analisar a atuação de pessoas presentes nas narrativas da literatura também abre o leque para múltiplos temas, assim como para outras histórias que desmentem visões hegemônicas de mundo enaltecidas de homens brancos, da naturalidade da monogamia, dos sentimentos, dos papéis sociais e sexuais e da certeza da inevitabilidade do progresso. Neste sentido Scott observa que:

O desafio à história normativa tem sido descrito, em termos de entendimentos históricos convencionais de evidência, como uma ampliação de um quadro, uma correção do que foi negligenciado como resultado de uma visão incorreta ou incompleta, e tem reivindicado legitimidade sobre a autoridade da experiência, a experiência direta de outros, bem como a do historiador que aprende a observar e iluminar a vida desses outros em seus textos. (SCOTT, 1998, p. 300)

Assim pode parecer estranho analisar a violência de mulheres em todo tipo de literatura, uma vez que as estatísticas do tempo presente não conduzem a priorizar tais estudos. Este é um dos aspectos observados nas pesquisas sobre mulheres em situação de violência. Então qual é a relevância do tema? Porque dar historicidade a estas representações na literatura? O resgate dessas narrativas com seus incontáveis pequenos detalhes permite perceber como a diferença é estabelecida entre mulheres e homens como ela é operada em grande parte dos escritos, como e de que maneira constitui sujeitos que vêm e atuam no mundo. (SCOTT, 1998, p. 302) Neste sentido, o estudo de obras literárias em relação às violências contra e das mulheres nos ajuda a entender as diferentes operações que nivelam as formas de vermos o mundo e na pior das hipóteses contribuem para as desigualdades de gênero.

Embora haja um destaque nos últimos anos para a atuação de mulheres consideradas violentas no cinema como no filme *Thelma & Louise* e em obras literárias como o *Memorial de Maria Moura* reforça-se que a violência é coisa de homens e, em parte advindas de suas frustrações ou não a partir de condutas e práticas identificadas socialmente como masculinas e que podem estar relacionadas a perigosas experiências.⁵ Ainda segundo Mihaely, a violência cristaliza todos os não-ditos e mesmo que haja culpa e vergonha por parte dos homens diante das posições que reproduzem as relações de vítima e opressor ainda existe uma tendência em considerar as mulheres como vítimas e os homens como biologicamente determinados à prática da violência (MIHAELY, 2006). Nessa perspectiva a observação de Scott torna-se relevante:

Por isso precisamos nos referir aos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e apresentam suas experiências. Não são indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência. Experiência nesta definição torna-se, então, não a origem de nossa explanação, não a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado. Pensar sobre a experiência desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz. (SCOTT, 1998, p. 304)

Os atos ou as situações de violência de Maria Moura na obra de Rachel de Queiroz têm em sua maioria como motivação a defesa de si, do seu grupo e da sobrevivência em relação a sofrimentos, privações e violações no contexto social vivido

⁵ OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A Construção Social da Masculinidade**. Belo Horizonte : UFMG, 2004. p. 248. Segundo o autor, o aumento dos índices de criminalidade urbana está relacionado ao reforço nos caracteres viris. P. 271.

pela personagem. Convém ressaltar que embora a violência esteja relacionada à defesa de uma causa ela não significa um direito a estes atos, mas em determinados momentos uma possível saída para opressões, sofrimentos e injustiças. Na pesquisa de Davis sobre os ritos de violência coletiva na França do século XVI a autora teceu importante consideração no sentido de atentar mais sobre a mudança de valores e menos na pacificação dos desviantes. Essa preocupação de Davis relaciona-se com a pesquisa aqui apresentada sobre formas de violência perpetrada pelas mulheres. Não se pretende defender o direito das mulheres a violência e sim tentar desatar o nó górdio para os atos cometidos por inúmeras mulheres e como estas ações e personagens revelam a contradição das diferenças instituídas entre sexos operadas pelas representações e também algumas mudanças mesmo que instantâneas nos estatutos e poderes de gênero.

Por tatear pelas construções discursivas históricas parte-se da visibilidade de algumas estratégias da personagem Maria Moura imbricadas com pesquisas de diferentes pesquisadores. A protagonista escolhida e analisada neste texto pode contribuir para dialogar com o limite, o intervalo da produção de recursos da história, da linguagem daquilo que nos tornamos, ou como Hall expôs: como nos temos sido representados e como essa representação afeta a forma como nos podemos representar a nós próprios. (HALL, 2000, p. 109)

Ações de mulheres fatais aparecem com notoriedade em romances como *A mortalha de Alzira* de Aluísio de Azevedo e *A Nebulosa* de Joaquim Manoel de Macedo cujas e situações de sedução geralmente conduziam os homens para um fim trágico. Porém discussões sobre a literatura como na tese de Kun (2005) nos mostram algumas mudanças em relação a mulher fatal e a mulher, a exemplo de Maria Moura, que participa como protagonista em situações de violência. Diante disso é possível conjecturar: as mudanças nas relações de gênero advindas com os movimentos de mulheres, feministas⁶ e de outros movimentos sociais do século XX estão visíveis também na literatura?

⁶ Sobre isto as contribuições de Joana Maria Pedro são relevantes: “Entendo, como movimento feminista as lutas que reconhecem as mulheres como especificamente e sistematicamente oprimidas. É a afirmação de que as relações entre os homens e as mulheres não são inscritas na natureza, portanto, passíveis de transformação. Como movimento de mulheres, entendo movimentos cujas reivindicações não são de direitos específicos das mulheres. Trata-se de movimentos sociais cujos proponentes são, em sua maioria, mulheres”. In: **Revista Brasileira de História** . v. 26, n. 52. São Paulo : Anpuh, dez. de 2006, p. 270.

Mulheres em situação de violência: diálogos com a literatura

A possibilidade de reflexão sobre mulheres e violência adentrou a literatura. Segundo Soyka, a visibilidade de mulheres criminosas na Europa contemporânea está presente mais expressivamente na literatura inglesa. Os dramas shakesperianos presentes em Hamlet e Macbeth apresentam mulheres envoltas em conflitos e mortes. O detetive Sherlock Holmes persegue crimes cometidos por mulheres. Na literatura russa, o amor e a paixão conduzem os romances de clássicos de Tolstoi e Dostoievski e os crimes beneficiavam-se da onda de romantismo, assim ações de mulheres em situação de violência estão envoltas em determinantes como o ciúme e a paixão para atos considerados então como impulsivos. (SOYKA, 2005, p. 5)

Nas representações de mulheres consideradas violentas Soyka apresenta a figura bíblica de Judite, viúva que auxiliou na derrota do exército assírio ao cortar a cabeça do rei Nebukadnezar. Judite teria conduzindo os israelitas para a vitória. Lucretia Borgia (1480-1519) matou por envenenamento vários homens e Elisabeth Bãthory (1560-1614) matou cerca de 600 moças e mulheres jovens para banhar-se com o sangue na busca pela eterna juventude. Charlotte Cordai assassinou em 1793, o revolucionário jacobino Jean Paul Marat em sua banheira com uma faca de cozinha. (SOYKA, 2005, p. 6) Nestes exemplos, as mulheres que são nomeadas estão próximas de homens famosos ou de riqueza. Também a literatura gótica e romântica explora temas do misterioso atrelados aos poderes do ser feminino de governar e manipular principalmente os homens.

Soyka entende que deveria haver mais pesquisas sobre o crime nos meios de comunicação e na literatura. Para este autor, os casos famosos mais chamativos na história, na literatura e em séries de televisão são de mulheres em práticas de envenenamento, feitiçaria, crimes contra crianças, mulheres, homens e crimes relacionados a prostituição. Haveria então o crime especificamente feminino na literatura? Para Kun parte da literatura européia contemporânea constituiu os crimes de mulheres diferenciados de crimes cometidos por homens. Nesta literatura, as mulheres tendiam a crimes contra pessoas mais próximas de seu convívio, ou seja, contra seus filhos, companheiros e outros familiares (KUN, 2005, p. 110).

Segundo Rosemary Almeida, geralmente os crimes na literatura estão baseados nos modelos masculinos de criminalidade. As mulheres em ação de violência continuam entre parêntese devido representações sobre a natureza feminina atrelada a sensibilidade

e fragilidade e o uso disto como escudo frente às punições, processos e julgamentos. Mas, segundo Almeida estes estudos pouco analisam as condições sociais e sua relação com a condição da mulher na sociedade. (ALMEIDA, 2001, p. 73) Esta autora também apresentou aspectos da personagem Maria Moura em conflitos, mas sem atenção específica a discussão da violência de gênero.

Em parte da literatura, até o século XX, são as mulheres que assustam devido o uso de atributos relacionados à beleza aliada a poderes por vezes sobrenaturais e às vezes como monstros porque pouco humanas, metade animal como uma sereia, ou como vampira, bruxa, fada, etc.. O uso destes poderes levava a sedução de homens os quais atraídos pelo misterioso caíam em desgraça, desgosto, infelicidade e em alguns casos morriam. Os enredos primavam pela sedução e crueldade feminina e muitos finais continham exemplos morais como não cair na tentação das mulheres fatais, na conversão de algumas mulheres em religiosas ou um final trágico com a morte dos amantes. (MENON, 2008, p. 99) O cerne da questão estava na infelicidade dos homens e não das mulheres.

A criação de mulheres fatais na literatura tendeu a ocultar as relações de poder entre homens e mulheres e contribuiu para a desigualdade de gênero, pois pressupunha a dominação da sexualidade, do corpo e do comportamento feminino. Em sua maioria os romances sobre as mulheres fatais eram escritos por homens. Estas mulheres na literatura exerciam fascínio ao mesmo tempo em que normatizavam ao naturalizar pelo reverso, as imagens esperadas delas. (WOLFF, 2008, p. 9)

Mudanças neste tipo de literatura são analisadas por Kun em sua tese *Ende des Schreckens* (2005) ao questionar a representação de mulheres na literatura envolvidas em situação de violência. Para ela, a representação do misterioso diminuiu no século XX assim como a dualidade na representação da mulher como o mal atrelada a figura de Eva, a mulher-demônio e do bem com o exemplo de Maria, a mulher-anjo tão exploradas pelo romantismo. A análise de Kun centra-se, sobretudo na literatura do século XX escrita por mulheres sobre violência, mas não especificamente a violência perpetrada por mulheres. A autora procura analisar mudanças a partir de movimento de mulheres e atuação de feministas, novas representações na literatura de mulheres como protagonistas de violência nos anos de 1990. Para esta autora, a partir de então as mulheres são mais representadas como agressivas, mas diminuem as imagens negativas destas ações de mulheres e o vitimismo. O vitimismo é entendido como o processo no qual as mulheres em situações de violência não participam direta e indiretamente do ato

e sim apenas sofrem a ação.⁷ Essa mudança está segundo Kun relacionada à segunda onda do feminismo dos anos de 1960. Onda essa que se pautava principalmente na luta contra a violência doméstica, direito sobre o corpo e de ter filhos quando quiser e se quiser e na divisão de tarefas do lar. (PEDRO, 2005)

No Brasil, o feminismo de Segunda Onda foi retomado na década de 1970. O ano Internacional da Mulher inaugurado em 1975 com o apoio da ONU fez ressurgir as lutas feministas no país. Segundo Joana Pedro em plena ditadura e repressão militar essas lutas não se assemelhavam ao projeto que se desenvolvia em países europeus e nos Estados Unidos.⁸ Estas lutas conquistavam espaço na mídia em vários países e, deste modo, o tema não poderia passar sem polêmicas acadêmicas também na literatura.

Para Kun as mudanças, tributárias dos movimentos feministas, nas representações sobre mulheres em situação de violência na literatura revelam que acabou o medo das mulheres fatais e agora novas representações apontam para fazeres não mais exclusivos de homens. Ao buscar por uma obra literária que se relacionasse com o tema optou-se pela obra: *Memorial de Maria Moura*. Maria Moura enquanto personagem de criação literária de Rachel de Queiroz situada no final do século XX, fez uso da violência como uma escolha não apenas pela sobrevivência de si e destarte ela rompeu e construiu uma subjetividade que distava da mulher fatal.

Rachel de Queiroz lançou a obra em 1992 e posteriormente alcançou as telas da televisão como mini-série em 1998. Esta obra de Rachel de Queiroz revelava temas e problemas do sertão nordestino, conflitos, dramas sociais, episódios e aspectos do cotidiano.

A história de Maria Moura perpassou linhas de fuga dos estereótipos feminino e masculino. A personagem foi apresentada como forte, valente, corajosa, amante, emotiva, amável. Moça de fazenda perdeu o pai e após enforcamento da mãe tornou-se amante do padrasto. Nas tramas por herança acreditava que a mãe foi morta pelo padrasto. Maria Moura prevendo destino semelhante ao da mãe planejou morte do padrasto encarregando outro personagem apresentado como um caboclo da região com a promessa de casamento. Após morte do padrasto, diante das insistências e ameaças

⁷ Veja-se GREGORI, Maria Filomena. As Desventuras do vitimismo. In: **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis : Editora da UFSC, n.1, 1993, p. 143-150.

⁸ Consultar: PEDRO, Joana M. **Revista Brasileira de História** . v. 26, n. 52. São Paulo : Anpuh, dez. de 2006, p. 269. Ver também ALVES, Branca M.; PITANGUY, J. **O que é Feminismo**. São Paulo : Brasiliense, 1985, p. 70-74.

do caboclo articulou também a sua morte. A herança deixada pela família do pai tornou-se alvo da cobiça dos primos. Com a possibilidade dos primos se apossarem de si e de sua fazenda Moura incendiou a moradia e fugiu com peões para instalar-se em terras de herança na Serra dos Padres. Antes da partida afirmou sobre a intenção de um primo: “Mulher, pra homem como ele, só serve para dar faniquito. Pois, comigo eles vão ver. E se sinto que perco a parada, vou-me embora com meus homens, mas me retiro atirando.”(QUEIROZ, 2004, p. 46). Maria Moura além da necessidade de sobreviver num ambiente de hostilidade deixa a entender seus atos como uma escolha e não como um destino inelutável.

Em alguns momentos do romance Maria Moura avaliou o modelo de família e de conjugalidade ocidental cristã e construiu outra possibilidade:

Ah, isso tudo é imaginação de mulher. Tenho que deixar para mais tarde esses pensamentos. E, além do mais, onde é que posso encontrar esse homem? Afinal não sou nem a Princesa Magalona, que o rei seu pai mandava chamar os homens do mundo inteiro para escolher o noivo dela. Nem pai tenho. (...) só me resta ser eu mesma o meu pai e a minha mãe. E quem sabe meu marido. (QUEIROZ, 2004, p. 232)

Maria também refez em sua memória o casamento vivido por sua mãe. Segundo ela tinha horror ao modelo de conjugalidade que conhecia:

Um homem mandando em mim, imagine; logo eu, acostumada desde anos a mandar em qualquer homem que me chegasse perto (...) e me usando na cama toda vez que lhe desse na veneta. Ah, isso também não. (QUEIROZ, 2004, p. 332)

Bandoleira, Maria Moura questionou os padrões vigentes de moça pura casamenteira e mãe, mas percebia que poderia usar isto a seu favor com relação a polícia e optou em embrenhar-se com seu bando entre mortes e assassinatos.

Pra polícia eu podia negar, me fazer de pobre menina inocente. Isso era parte do jogo, todo mundo entendia. Pelo outro lado, eu tinha que ser temida e respeitada. (...) Minha idéia era meter na cabeça dos cabras e na do povo em geral que ninguém podia avaliar do que Maria Moura é capaz. (QUEIROZ, 2004, 266-7)

As ações de Maria Moura não são mais apenas um parêntese na história, pois se representou uma mulher atrelada à sensibilidade e fragilidade e também capaz de enfrentamentos e de produzir temores sobre si e seu bando. O temor foi usado muito mais como um método do que como um objetivo. Na representação de Moura mostrou-

se a possibilidade de uma chefia feminina para as mulheres diferente das práticas do cangaço. No cangaço produziu-se uma imagem ambígua de mulheres cangaceiras com atitudes e atributos relacionados às sertanejas: virtude feminina, fidelidade ao companheiro, defensoras da família e da castidade, atividades de costura, geralmente não eram combatentes, embora carregassem armas mais leves para a defesa pessoal. No bando de Lampião elas foram introduzidas na década de 1930. Até então mulheres participavam do cangaço na condição de vítimas, protegidas, aliadas e protetoras. Elas eram referências externas ao bando, mas não se tornavam chefes. (MARQUES, 1998, 178)

Maria Moura se impôs como chefe do bando através da lealdade de peões da antiga fazenda onde vivia e de amigos. Mas foi sobretudo pela sua coragem e valentia para manter o bando através da promessa de um lugar seguro em terras de herança e em ações baseadas na violência com saques, depredações e meios bélicos suficientes frente outros bandos e as forças policiais que ela conquistou a chefia.

Maria Moura resistiu ao modelo de mulher passiva e casamenteira com seus companheiros. Em se apaixonando Maria Moura chegou a pensar em entregar tudo para o companheiro: a casa, a fazenda, os homens, o comando e *ficar só sendo mulher dele*. (QUEIROZ, 399) Porém, decepcionada com as atitudes do homem pelo qual se apaixonou, ela planejou com um amigo a sua morte. Maria mandou matar temendo sua vida e de seus capangas. A personagem oscilou em entregar-se e assumir atributos femininos e continuar a Moura valente e respeitada por toda a região. A maioria dos homens do memorial assume papéis de machos viris que batem em mulheres e vêem as índias como promíscuas. “É mesmo da raça índia: não enjeita homem.” (QUEIROZ, 2004, 53)

Maria Moura não se considerava propensa à maldade e sim o medo de ser morta como a mãe é que a encorajavam a enfrentar sua condição. Ela rompeu com valores naturalizantes quando destacava que valentia era algo que se aprendia e que a infância ainda não era o espaço que separava as mulheres de homens:

E eu que quase esquecia a munição! Boa guerreira que eu ia ser! Mas a gente aprende, aprende. (...) Todo homem não aprende? Eles não nascem sabendo. Na sua infância havia possibilidades de façanhas com meninos pelas fazendas na caça, pesca, mas quando moça vivia presa dentro das quatro paredes da casa. (QUEIROZ, 2004, 65)

No bando ela prevenia os companheiros de sua condição de mulher: “Têm que se esquecer que sou mulher – pra isso estou usando estas calças de homem”. Posteriormente Moura cortou os cabelos até a altura do pescoço. O corte dos cabelos retiraria de Moura o atrativo do eterno feminino tão fortemente construído na cultura ocidental.

No romance seguia uma tendência em desnaturalizar a violência sexual contra mulher ao torná-la visível: “Nas casas cheias de mucamas e cunhas, derrubar uma negrinha era fato tão sem importância quanto beber dois dedos de cana. Até a esposa achava natural; a negrinha naturalíssimo.” (QUEIROZ, 2004, p. 86). Também foi Maria Moura que questionou a fornicação e o adultério como ações de homens considerados machos e o mesmo ocorria com relação a outros tipos de crime. Os crimes mais comuns do memorial eram os contra a vida e “[...] a morte era barata e parece que resolve tudo. [...] só com a morte se resolve uma pendenga grave. Também havia os crimes por motivo de honra: “[...] bater em cara de homem, insultar homem de certos nomes, ou o desvio de donzela, traição de mulher: honra só se lava com sangue.” (QUEIROZ, 2004, p. 103) Segundo o beato do romance, matar era um direito do homem ofendido e os valentes matam e os covardes mandam matar.

As questões relativas à honra e violência estão presentes nas relações sociais perpassadas neste memorial de Rachel de Queiroz. Nas relações permeadas pela honra imperava o direito da força e as ofensas e traições podiam redimir-se com sangue. Segundo Pitt-Rivers a lei do mais forte pode ocorrer em comunidades camponesas onde viola-se a premissa da igualdade pela rivalidade com o reconhecimento do superior e do inferior. “El vencedor en cualquier rivalidad por el honor vê realzada su reputación por la humillación del vencido.” (PITT-RIVERS, 1979, p. 22) É também provável que a reputação de um homem perigoso assegure prioridade sobre um homem virtuoso. No campo da honra impera o direito da força, mas é relativizado no memorial. Nos seus assaltos com o bando, Maria Moura revelava que não banalizava o direito da força: “É bom ter força. (...) podia ter matado, ferido, maltratado (...). E quando eu não fiz nada porque não queria, isso também foi bom, sinal de que eu comandava a minha força.” (QUEIROZ, 2004, p. 179) Não usava a imagem de bandoleira para práticas do mal no seu grupo de convivência: “[...] o senhor nunca me viu maltratando um dos homens, nem mulher, nem menino [...]” (QUEIROZ, 2004, p. 387)

Maria Moura como personagem expressava um cotidiano marcado pelas disputas de poder também nas relações de gênero e na violência cujos atos poderiam ser apenas

exclusivo para os homens. Mas quando tratava de defender a própria vida, de seus amigos e capangas esta personagem a partir das experiências do seu grupo fez uso da violência com instrumentos como as armas, planejou as ações junto com os capangas, matou, assaltou e mandou matar. Moura inventou um jeito de ser que não deveria ser apenas definido pelo corpo, sexo e nem pela sua sexualidade. Ela lutou por uma relação de igualdade entre os gêneros ao resistir ao vitimismo. É na inscrição destas marcas da literatura no exemplo da personagem de Rachel de Queiroz, Maria Moura, que outras mulheres podem emergir e agir para desafiar a normatividade nos estatutos e poderes de gênero.

Estes poderes de gênero de Maria Moura abalavam o que era estável nas configurações de gênero. Esses abalos faziam parte de um conjunto de coisas que constituíam a trama da vida cotidiana de mulheres e homens e esse cotidiano da morte, da vida, da lei, da violência e do crime. Assim por exemplo uma mulher que sem razão perpetrava uma ação de violência considerava-se pelos poderes constituídos (polícia, judiciário) como uma aberração da natureza, uma monstruosidade ou uma loucura, pois o monopólio da violência física e simbólica era masculina. A associação comum entre o uso da força e poder aos homens não se limitava as questões penais. As mulheres deviam reforçar os sentidos do poder masculino ao considerar a sua utilização, ou seja, para a sua proteção. Destarte, Maria Moura rompeu com esta naturalização, pois ao usar da violência com ou sem instrumentos rompeu com a imagem de uma mulher a espera de proteção masculina.

As narrativas que envolveram Maria Moura em situação de violência de gênero não construíam imagens diversas dela, ora como vítima indefesa de seus algozes e por vezes vítima culpada pela situação de violência ora como fria e calculista perpetradora de violência. Ela é representada como uma personagem ativa e plural em seus desejos, sofrimentos e alegrias.

Por fim, ao tentar entender os problemas enfrentados pela personagem naquela região, o romance apresentou-se como uma possibilidade para inspirar uma pesquisa sobre as situações de violência, violência de gênero e suas representações. Mas a simpatia por Maria Moura correspondeu ao entendimento de que as aflições exigem um lugar em que possam ser reconhecidas e ser visíveis. A condição social construída para as mulheres quer seja em romances ou em pesquisas acadêmicas por vezes, tem obstruído o sofrimento de toda ordem bem como a ação de mulheres como Maria Moura. Situação esta que teve uma trajetória na experiência humana. Dividir,

classificar, restringir espaços e comportamentos e opor seres humanos pela invenção do sexo data de vários séculos. Para muitas mulheres, as angústias e todas as formas de sofrimento desorientam, derrotam desejos e as tornam infelizes. Ao aceitar angústias, raivas, sofrimentos e violências, mas também possibilidades de reinvenção de subjetividades talvez estejamos próximos a assumir as dores e alegrias alheias presentes no cotidiano e, neste caso, ambientadas em um romance.

Referências:

ALVES, Branca M.; PITANGUY, J. **O que é Feminismo**. São Paulo : Brasiliense, 1985.

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam**: universo imaginário do crime no feminino. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 2001.

BHABHA, Homi. K. **O local da Cultura**. Belo Horizonte : Editora da UFMG. 2005.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. Tradução de Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro : Bertrand do Brasil, 1990.

GREGORI, Maria Filomena. As Desventuras do vitimismo. In: **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis : Editora da UFSC, n.1, 1993, p. 143-150.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro : Vozes, 2000. p. 109.

KUN, Cornelia. **Ende des Schreckens**. Tese (Doutorado em Filosofia) . Universität Oldenburg, Oldenburg, Alemanha, 2005.

MACHADO, Lia Zanotta; MAGALHÃES, Maria T. B. de. Violência Conjugal: os espelhos e as marcas. In: SUÁREZ, M; BANDEIRA, L. (orgs.) **Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal**. Brasília : UnB, 1999, p. 173-238.

MARQUES, Ana Claudia D. R. Considerações sobre a Honra Cangaceira. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. **Masculino Feminino Plural**. Florianópolis : Editora Mulheres, 1998, p. 167-190.

MENON, Mauricio. A Bela Imagem do Mal na Representação da Mulher. In: MEDEIROS, Márcia M. (org.) **Ensaio sobre o Feminino**. Passo Fundo : UPF, 2008. p. 97-122.

MIHAELY, Gil. **Masculinidades: corpo, natureza e poder**. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. (Texto traduzido após palestra).

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A Construção Social da Masculinidade**. Belo Horizonte : UFMG, 2004.

PEDRO, Joana M. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978) In: **Revista Brasileira de História**. v. 26, n. 52. São Paulo : Anpuh, dez. de 2006, p. 249-272.

PEDRO, Joana. Traduzindo o Debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**. São Paulo : UNESP, v. 24, n. 1, 2005. p. 77-98.

PITT-RIVERS, Julian. **Antropologia del honor**: o política de los sexos. Barcelona : Editorial Critica, 1979.

QUEIROZ, Rachel. **Memorial de Maria Moura**. 16.ed. Rio de Janeiro : José Olympio, 2004.

RAGO, Margareth. Pensar diferentemente a história, viver femininamente o presente. In: GUAZELLI, Cesar A.B. et all. (Org) **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000, p. 41-58.

SCOTT, Joan, Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, n. 16, julho/dezembro, 1990, p. 7-14.

SCOTT, Joan. A Invisibilidade da Experiência. In: **Projeto História**. São Paulo: Edusc, n. 16, fev. de 1998. p. 97-325.

SILVA, Tomaz T. da. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 8.ed. Rio de Janeiro : Vozes, 2008.

SOYKA, Michael. **Wenn Frauen Töten**. Stuttgart; New York : Schattauer, 2005.

WOLFF, Cristina Scheibe. (Prefácio). Representando o Feminino: das fadas medievais ás mulheres criminosas. In: MEDEIROS, Márcia M. (org.) **Ensaio sobre o Feminino**. Passo Fundo : UPF, 2008. p. 9.